



CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO RIO DOCE
ESTADO DE MINAS GERAIS

Av. Carlos Couto, 32 – Centro
CEP 36260-000 – Alto Rio Doce – MG

PORTARIA Nº 72/2025

Autoriza a empresa Atual Service a contratar assistência à saúde para seus colaboradores em serviço na Câmara, define requisitos de atendimento regional e exames periódicos, estabelece rito de reembolso e ressalta a autonomia administrativa da contratada.

O **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO RIO DOCE**, no uso de suas atribuições e considerando o disposto na **Lei Municipal nº 1.057/2025** e na **CCT 2025/2025** da categoria de asseio e conservação:

CONSIDERANDO a obrigatoriedade de inspeções periódicas de saúde e a política de proteção à saúde laborativa (Art. 1º, §1º da Lei 1.057/2025);

CONSIDERANDO que a responsabilidade pela manutenção do PCMSO e a realização das inspeções de saúde do pessoal terceirizado é exclusiva da empresa contratada (Art. 1º, §4º da Lei 1.057/2025);

CONSIDERANDO a previsão de Programa de Assistência Familiar (PAF) na CCT 2025, que permite a isenção de contribuição patronal ao sindicato caso a empresa conceda benefícios idênticos ou superiores (Cláusula 14ª, §3º da CCT);

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizada a empresa **ATUAL SERVICE** a contratar, em seu próprio nome e sob sua exclusiva responsabilidade, plano de saúde e odontológico para os colaboradores terceirizados que prestam serviços junto a esta Câmara Municipal.

Art. 2º Em estrito atendimento ao Art. 5º da Lei nº 1.057/2025, o plano contratado deverá obrigatoriamente garantir **atendimento regionalizado**, compreendendo rede conveniada de serviços médicos e laboratoriais nas proximidades da sede do Município de Alto Rio Doce/MG.



CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO RIO DOCE
ESTADO DE MINAS GERAIS

Av. Carlos Couto, 32 – Centro
CEP 36260-000 – Alto Rio Doce – MG

Art. 3º A empresa deverá assegurar que o plano contratado possibilite a realização das **inspeções médicas periódicas obrigatórias** e a emissão dos respectivos atestados de aptidão, conforme exigido pelas normas regulamentadoras (NRs) e pela legislação municipal (Art. 1º, §2º da Lei 1.057/2025).

Art. 4º Ressalta-se a total **ausência de vínculo de subordinação** entre a Câmara Municipal e os colaboradores da empresa. A gestão administrativa, funcional e a relação jurídica com a operadora de saúde competem exclusivamente à **Atual Service**, cabendo à Câmara apenas o reembolso financeiro dos custos autorizados.

Art. 5º O ressarcimento à empresa ocorrerá mensalmente, observando-se:

- I. A apresentação de fatura quitada, nota fiscal ou meio idôneo que demonstre o pagamento integral à operadora;
- II. O limite máximo de repasse fixado por faixa etária no **Anexo I da Lei nº 1.057/2025**;
- III. O prazo de até **10 (dez) dias úteis** para o processamento do pagamento pela Contabilidade após a conferência documental.

Art. 6º Eventuais valores excedentes ao teto legal, inclusive aqueles oriundos de **coparticipação** ou uso excedente, deverão ser arcados integralmente pelo beneficiário, sem qualquer obrigação de repasse adicional pela Câmara Municipal.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Alto Rio Doce, 19 de dezembro de 2025.

ARI SANTANA DE CARVALHO

Presidente da Câmara Municipal